EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Solicita à Secretária de Estado da Educação informações sobre instauração Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face de professora da rede pública estadual de Biguaçu.

A Deputada signatária, com base no art. 197, *caput*, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno e considerando que:

Tendo tomado conhecimento por meio de notícia publicada na internet pelo Jornal Razão (link: https://www.instagram.com/reels/DISVYNNAVuJ/), com o título “Professora de português ataca a direita e é acusada de doutrinação em sala de aula por mãe de aluno em Biguaçu”;

Diz a notícia:

> “Uma professora de português de uma escola estadual de Biguaçu foi gravada falando de política para alunos de 14 anos. Em plena aula, ela diz que ‘à direita não interessa que você saiba, que você aprenda, que você pense’.
> A mãe de um aluno da EEB Professor José Brasilício enviou os áudios ao Jornal Razão. Nas gravações, a professora diz que ‘todas as conquistas que o pobre tem, ele vem da esquerda’. Ela também afirma que, com a direita no governo a escala seria ‘sete por zero’. Sobre o voto, diz que é ‘uma burrice’ mulheres, pretos e pobres votarem num partido que, segundo ela é ‘contra essas pessoas’. Em outro trecho, afirma que ‘o ateu nessa vida é mais evoluído que qualquer crente’;
> A mãe conta que o caso foi registrado em ata numa reunião com a direção, na quarta-feira (28). Em outro áudio, a professora manda a turma não ‘procurar gestão pra fazer fofoca’. ‘Eu sei quem foi’.
> O espaço está aberto para a professora e para a Secretaria de Estado da Educação”.

Além de as afirmações não serem verdadeiras, nota-se desvio de conduta (ilegal e antiética), pela vontade livre e consciente de doutrinar, no sentido de incutir na mente dos adolescentes, fazendo prevalecer a sua preferência e deturpando o outro espectro político;

Espera-se que o professor dê aula dentro do conteúdo da matéria pela qual está sendo pago (língua portuguesa) e não ocupar o tempo útil da aula com militância política;

Com a essa conduta a professora infringiu disposições dos códigos de ética do magistério e dos servidores públicos estaduais, leis e princípios da Administração Pública, que merece apuração;

requer que, após incluído na Ordem do Dia e aprovado, seja encaminhado à Senhora Secretária de Estado da Educação, o seguinte Pedido de

Informações:

1. Essa Secretaria tomou conhecimento dos fatos acima narrados?

2. Foi instaurado Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar os fatos?

3. Tendo sido instaurado PAD, qual a data e em que fase se encontra?

4. Quais outras providências tomadas até este momento?

5. Essa Secretaria teria outros esclarecimentos a dar sobre o assunto?

Sala das Sessões,

Deputada ANA CAMPAGNOLO

ELEGIS
Sistema de Processo Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline Campagnolo**, em 04/11/2026, às 11:29.